

Simonsen diz dívida pode baixar com regra clara para o capital externo

O Brasil poderá ter entre 10 e 20 por cento de sua dívida externa convertidos em capital de risco em um prazo médio de três anos. Mas é preciso que as regras para a entrada de capital estrangeiro estejam claras e isso só ocorrerá depois que a nova Constituição estiver pronta. A opinião é do ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que participou ontem do Seminário sobre Investimento Estrangeiro e Conversão da Dívida Externa, promovido pela Bolsa de Valores do Rio e pela Fundação Getúlio Vargas.

Simonsen explicou que se na Constituinte forem tomadas medidas hostis à entrada de capital estrangeiro, nenhum investidor terá interesse em aplicar no Brasil. Como hostis ele classificou a reserva de mercado, o

congelamento de preços por tempo indeterminado e intenções nacionalistas. Ele citou a Comissão de Estudos Constitucionais que diz que o Congresso determinará periodicamente quais os setores que devem ser nacionalizados.

O Ex-Ministro da Fazenda informou que as últimas medidas adotadas no Plano Cruzado II reforçam o poder de negociação da dívida externa brasileira. Ele disse que elas deverão contribuir para aumentar as reservas cambiais, o que torna a negociação com os credores mais fácil.

Mário Henrique Simonsen é contra a moratória e disse que, até agora, ela não foi defendida por nenhuma autoridade do Governo.